



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 24/04/2026.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, com início às 14h realizou-se a 15ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): André Luiz Moreno da Silva, Cintia Coelho dos Santos, Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Moraes, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Nayara Priscila Koda Teixeira e Sara Edith Souza de Assis Leão. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, André Correa Ferreira, Ângela Maria Valentim Gonçalves, Bruno Stefani Ferreira de Oliveira (online), Clarissa Assis Pereira Gomes, Fernanda Coelho dos Santos Moreira (online), Juliana Mendes Alves, Juliana Nassau Fernandes, Patrícia de Fátima Pantaleão (online) e Samantha Alves Pereira de Souza (online). **Justificativas de ausência:** Tobias de Medeiros Chaves Ferreira, João Carlos da Silva Batista e Kátia Regina Beal Rodrigues. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es):** Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 12, sendo necessário o Plenário elevar a condição de Conselheira(o) efetiva(o) a Conselheira(o) Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, Ângela Maria Valentim Gonçalves e Clarissa Assis Pereira Gomes. Assuntos tratados: **INFORMES:** 1) Ponto APAF - Psicoterapia: O Conselheiro André Luiz Moreno apresentou o andamento das pautas da autarquia relativas à psicoterapia. Informou que, em conformidade com as discussões da plenária anterior, foi redigido o texto formal de solicitação de ponto para a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), cujo escopo central reside no requerimento de uma defesa institucional robusta da psicoterapia como um campo unificado de atuação. Esclareceu que a matéria será inicialmente debatida na Reunião de Presidentes na sexta-feira antecedente à APAF, buscando sua aprovação na Plenária do fórum nacional neste primeiro semestre. Adicionalmente, realizou um resgate histórico detalhando que, há cerca de vinte dias, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) editou uma nota técnica regulamentando a prática da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) por enfermeiros. Pontuou que a referida nota padece de grave imprecisão técnica e jurídica, pois não delimita se o uso da TCC se restringe a um referencial de Enfermagem Psiquiátrica ou se propõe a instituir o enfermeiro como psicoterapeuta autônomo. Diante disso, o CRP-MG articulou-se formalmente com os Conselhos Regionais de Psicologia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, emitindo uma nota de posicionamento conjunto direcionada ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), manifesto este que recebeu o posterior apoio institucional e normativo dos CRPs de Goiás e do Paraná. Relatou que, em sede do Grupo de Presidentes, o CFP informou que a pauta está sob análise interna, sem emitir, contudo, um posicionamento público oficial até o presente momento. 2) GT APAF - Inscrições de Psi Estrangeiros e Comissão de Comunicação: A Conselheira Isabelle Oliveira proferiu os informes técnicos sobre o andamento do Grupo de Trabalho (GT) nacional da APAF focado na inscrição de psicólogas(os) estrangeiras(os). Comunicou que foi realizada a reunião inaugural do grupo, na qual instituiu-se um cronograma de reuniões virtuais mensais com o objetivo de impulsionar a revisão e modernização da normativa de revalidação de diplomas internacionais. Ressaltou o caráter mandatório da assiduidade e pontualidade dos representantes nesta instância deliberativa, alertando que o regimento do CFP estipula que a ocorrência de mais de três faltas nos GTs da APAF resulta na perda automática de assento e na transferência compulsória da relatoria da pauta para outro

Conselho Regional, destituindo o estado de sua voz política no tema. Orientou que, na impossibilidade de comparecimento do titular, seja formalmente indicado um conselheiro ou colaborador de confiança para a devida substituição. No âmbito da Comissão de Comunicação, relembrou todas as coordenações sobre a obrigatoriedade de preencher e submeter o formulário padrão corporativo até o dia treze de cada mês, contendo o planejamento de eventos e demandas de e-mails, viabilizando a organização isonômica do calendário e a distribuição orçamentária de recursos da autarquia. 3) CEIMPA: O Conselheiro Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo compartilhou com o Plenário o relatório técnico sobre as reuniões do Centro de Internação Provisória (CEINPA), das quais participa quinzenalmente em conjunto com o Conselheiro Lucas Ayres. Reportou que, em sessão recente voltada à entrega de relatórios dos subgrupos de trabalho, foi submetido a uma sabatina de natureza político-ideológica por parte de movimentos sociais externos e representantes do Ministério Público e do Cejusc integrantes do comitê. Informou que o CRP-MG sofreu fortes pressões e questionamentos acerca de uma suposta incompatibilidade de sua atuação técnica na assessoria de um Projeto de Lei estadual referente à regulação e fiscalização das comunidades terapêuticas, com acusações infundadas de esvaziamento da luta antimanicomial e imputações verbais de conduta "fascista" dirigidas à autarquia e à sua pessoa. Refutou categoricamente as ofensas, demonstrando que a atuação do conselho é estritamente técnica e pautada no texto legal protocolado no ambiente legislativo, que prevê o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Ressaltou que o CRP-MG não deve se retirar desses assentos institucionais de controle social, dada a iminência do fechamento dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em Minas Gerais, o que exige a vigilância da psicologia sobre a segurança e dignidade das práticas de saúde mental. Denunciou, ainda, o recebimento de um bilhete manuscrito apócrifo de uma pessoa que se dizia representante do conselho por delegações passadas, demandando indicações sem legitimidade, o qual foi formalmente encaminhado ao setor de comunicação. 4) Edital de Parcerias: O colaborador responsável Rodrigo Oliveira apresentou o estágio de estruturação do Edital de Parcerias e Convênios institucionais da autarquia. Informou que a minuta do edital foi finalizada e encaminhada à Gerência Jurídica para emissão de parecer de legalidade. Explicou que o certame legalizará o credenciamento de quaisquer empresas — incluindo faculdades, farmácias, academias e espaços de coworking — interessadas em oferecer descontos comerciais na aquisição de produtos e serviços para as mais de sessenta e cinco mil psicólogas inscritas no regional. Detalhou que a estrutura jurídica prevê três modalidades contratuais de parceria, classificadas como Convênio Júnior, Master e Sênior, categorizadas de acordo com o percentual de desconto concedido pelas proponentes e pela visibilidade concedida no portal eletrônico do CRP-MG. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho ou a cessão de apoio administrativo interno para processar e analisar a documentação de habilitação das empresas no início do programa. O Plenário manifestou parabéns pelo trabalho técnico desenvolvido. 5) Psicologia e Temas Emergentes em Saúde Mental: A Conselheira Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz proferiu o informe técnico sobre os trabalhos iniciais da referida comissão temática. Relatou que a reunião inaugural contou com a presença de seis profissionais inscritos, evidenciando um perfil composto majoritariamente por recém-formados e psicólogos em transição de carreira. Apontou que o principal desafio operacional da comissão reside na acentuada disparidade dos interesses temáticos trazidos pelos integrantes — que abrangem desde o manejo clínico do comportamento suicida até as especificidades da saúde mental da mulher no período perimenopáusico —, o que demanda estratégias metodológicas complexas para manter a assiduidade do grupo. Manifestou a necessidade de, oportunamente, indicar um coordenador adjunto para auxiliá-la na gestão administrativa das demandas da comissão. 6) Comissão Psicologia Escolar e Educacional: A Conselheira Juliana Mendes Alves apresentou o balanço dos trabalhos da comissão, destacando que o fórum virtual conta atualmente com noventa participantes engajados. Informou que a reunião de alinhamento técnico acolheu queixas severas da categoria relativas às precárias condições de trabalho impostas pelas Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, as quais promovem uma interpretação arbitrária e precarizada da Lei nº 13.935/2019 ao designar um único psicólogo escolar para responder administrativamente por múltiplas unidades de ensino concomitantes. Reportou, ademais, denúncias graves de desvio de função e abusos administrativos cometidos por gestores públicos contra psicólogas contratadas temporariamente. Propôs a realização de um levantamento por amostragem jurídica e técnica nos oitocentos municípios do estado, em articulação com o departamento jurídico do CRP-MG, notificando o Ministério Público sobre as irregularidades

apuradas na aplicação da referida lei. 7) Atualização da COPSUS: O Conselheiro João Paulo da Silva Moraes apresentou as atualizações da Comissão de Orientação e Psicologia na Saúde Pública (COPSUS). Informou que, a despeito da baixa adesão quantitativa de membros na reunião inaugural, os trabalhos permitiram referendar tecnicamente os dados coletados na consulta pública da categoria. Apontou a permanência de conflitos éticos graves institucionalizados na rede pública de saúde, citando as vulnerabilidades de sigilo do sistema informatizado "Sigra" nos prontuários eletrônicos e a precarização estrutural devido à ausência de salas de atendimento privativas na rede socioassistencial e de saúde. Comunicou que o calendário fixou reuniões mensais e rodas de conversa trimestrais. Alertou, em caráter de urgência, sobre a necessidade de o conselho articular uma oposição técnica ao Projeto de Lei municipal nº 174/2025 de Belo Horizonte, o qual prevê a internação compulsória de usuários de substâncias e insere indevidamente os psicólogos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como articuladores compulsórios dessa medida de privação de liberdade, gerando um conflito ético frontal com as diretrizes do Código de Ética Profissional. 8) Psicologia do Tráfego: O Conselheiro Edilson Felipe Domingues reportou a ocorrência de reunião da comissão com a presença de treze profissionais, na qual deliberou-se pela elaboração de seminários acadêmicos voltados à inclusão da psicologia do trânsito nas grades curriculares das universidades de Minas Gerais. Informou, em sede de informe principal, a realização de reunião oficial de alinhamento institucional entre a CARPE/CRP-MG e a diretoria do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais (DETRAN-MG), com a presença de representantes do órgão de trânsito. Destacou que a autarquia propôs a instituição inovadora de um cargo ou programa de psicólogo "Trainee" no âmbito do DETRAN, o qual preencherá uma lacuna regulamentar histórica: permitirá que psicólogos atuem sob supervisão por dois anos no trânsito para, posteriormente, comprovarem a experiência prática exigida para a obtenção do título de especialista concedido pelo conselho, medida que foi acolhida favoravelmente pela procuradoria jurídica do DETRAN-MG. Informou também o início das tratativas para o desenvolvimento de um prontuário pericial unificado eletrônico entre os sistemas do DETRAN e do conselho para subsidiar tecnicamente as reavaliações e renovações de CNH. 9) Evento Conecta Psi em Pirapora e Comissão Psicologia Clínica: A Conselheira Laura Costa Lobo prestou informes sobre a reunião da Comissão de Psicologia Clínica, que contou com quinze psicólogos inscritos e debateu os fenômenos da solidão profissional enfrentados na prática clínica autônoma e as dificuldades de precificação de honorários enfrentadas por recém-formados. Comunicou que o plano de trabalho prevê encontros mensais e articulações com as comissões de Gestão da Prática Profissional e de Temas Emergentes, solicitando o direito de indicar um coordenador técnico adjunto. No que tange à representação externa do conselho no Evento Conecta Psi, realizado no município de Pirapora, reportou que a atividade foi amplamente exitosa, permitindo aproximar a autarquia dos profissionais do Norte de Minas, desmistificar desinformações relativas à fiscalização ética e sanar dúvidas complexas da categoria sobre o posicionamento oficial da gestão acerca das comunidades terapêuticas. 10) Comissão de Orientação em Psicologia e Gestão da Prática Profissional: O Conselheiro André Correa Ferreira apresentou as deliberações da referida comissão, detalhando que o encontro inicial contou com cinco participantes fixos. Informou que o grupo elegeu como metas prioritárias para o plano de trabalho a elaboração de orientações técnico-administrativas voltadas à regularização contábil de psicólogas autônomas e a publicação de parâmetros científicos para os procedimentos de precificação de serviços na clínica privada. Tendo em vista o comparecimento de profissional interessada em atuar com supervisão técnica clínica, o conselheiro propôs o desenvolvimento de um manual de boas práticas voltado à orientação de supervisores, pauta esta considerada transversal e de mútua competência com as comissões de clínica e de psicologia jurídica. 11) Comissão Temática de Av. Psicológica e GT Regimento Interno: A Conselheira Juliana Nassau Fernandes pautou os informes relativos ao andamento do Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento Interno do CRP-MG e da Comissão Temática de Avaliação Psicológica. No que tange ao GT do Regimento Interno, informou que a redação discursiva do texto semifinal avançou de forma contínua por meio de análises comparativas e espelhadas com as normativas atualizadas do CRP de São Paulo, incorporando adequações de linguagem e inovações procedimentais propostas pelas gerências da autarquia. Quanto à Comissão de Avaliação Psicológica, comunicou que a reunião inicial contou com cinco participantes, dos quais quatro eram profissionais iniciantes na área. Reportou ocorrências de tumulto na gestão do tempo de reunião devido a protestos reiterados de alguns integrantes, que se queixam formalmente da extinção de comissões temáticas passadas da área de

neuropsicologia. A conselheira de referência informou que redirecionou os debates para a estruturação dos slides técnicos e aprovou os objetivos gerais do grupo. 12) Comissão Permanente de Relações Étnico-Raciais: A Conselheira Ângela Maria Valentim Gonçalves expôs as atualizações regulamentares da comissão permanente, destacando o engessamento de esforços em conjunto com os assessores técnicos na redação de uma resolução formal interna destinada a normatizar as atribuições e o funcionamento da comissão no âmbito do regional mineiro. Informou que o plano de trabalho estabeleceu cronogramas de atividades científicas e publicações com foco na descentralização e transversalidade das discussões étnico-raciais na psicologia, buscando mitigar a concentração de debates apenas em datas comemorativas fixas. Comunicou a articulação de ações de acompanhamento junto ao CREPOP para o lançamento das referências técnicas nacionais voltadas à atuação de psicólogas junto a povos e comunidades tradicionais e quilombolas. 13) Comissão Psicologia Organizacional e do Trabalho: O Conselheiro José Alberto Manoel dos Santos apresentou os informes sobre a reunião da Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Comunicou que o encontro contou com a participação ativa de onze profissionais, registrando-se o expressivo número de trinta e duas pessoas inscritas e engajadas nos canais virtuais oficiais vinculados à comissão. Destacou que o grupo apresentou elevado engajamento e demonstrou um alinhamento técnico e operacional satisfatório, o qual viabilizou a formulação imediata de propostas para a realização de eventos de formação continuada de abrangência regional e nacional em parceria com psicólogos referências da área. Informou que a comissão iniciou o planejamento para a elaboração de um manual orientativo específico sobre a aplicação dos testes psicológicos e psicossociais no contexto das organizações do trabalho. 14) COMITRATE, treinamento SOF e GT da POF APAF e CESMG: A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira pautou os informes sobre a participação no treinamento nacional de fiscalização promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, ressaltando que o conteúdo absorvido impulsionou o início imediato de reformas procedimentais internas no âmbito da Setor de Orientação e Fiscalização (SOF) do CRP-MG para qualificar e dar celeridade ao processamento de denúncias éticas. Partilhou com o colegiado que sua atuação técnica junto às sessões plenárias do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CESMG) e do Comitê de Reforma Psiquiátrica tem sido submetida a um ambiente hostil de constrangimento político por movimentos de oposição ideológica. Relatou que, em episódio recente decorrente da suspensão do edital de um programa cultural de saúde mental, foi publicamente cerceada em seu direito de fala e ofendida com imputações verbais de conduta "fascista" dirigidas ao CRP-MG por membros das referidas instâncias externas. Propôs que a autarquia exija formalmente a gravação audiovisual e as atas das referidas sessões públicas e que ingresse com representação para desagravo público oficial da representação institucional do conselho. 15) Tecnologia da Informação - Moodle: Os Conselheiros André Moreno e Andressa Antunes pautaram os informes técnicos sobre a estruturação da plataforma digital de aprendizagem virtual em ambiente Moodle da autarquia. Esclareceu-se que os departamentos de Tecnologia da Informação e a Gerência Técnica (Getec) encontram-se em fase de parametrização final do sistema informatizado. Ressaltou-se que a implementação da referida ferramenta educacional cumpre uma diretriz estratégica da gestão voltada à prevenção de processos ético-disciplinares, uma vez que o ambiente virtual centralizará a oferta de cursos pedagógicos de curta duração, oficinas corporativas e capacitações continuadas abertas à categoria e a profissionais recém-formados. Informou-se que a plataforma abrigará trilhas específicas sobre preenchimento de prontuários eletrônicos, guarda documental e técnicas de elaboração de relatórios e documentos psicológicos de natureza pericial, sanando as principais lacunas científicas e normativas que geram a má prática identificada pela comissão de orientação. Registrou-se como informe técnico de execução administrativa, dispensando votação formal. **PONTOS DE PAUTA:** 1) Criação de slogan para comissões: A Conselheira Fabiana Alcântara Santos da Conceição apresentou para debate e deliberação a proposta originada na Comissão de Relações Étnico-Raciais de instituir uma identidade visual, slogan ou frase marcante para atuar como eixo norteador anualizado das ações de comunicação e produtos de todas as comissões permanentes e temáticas do conselho. O colegiado debateu amplamente a pauta, registrando-se posicionamentos divergentes. Conselheiros manifestaram-se contrários à adoção de campanhas anuais com frases unificadas, sob o argumento técnico de que a imposição de temas rígidos poderia forçar o esforço administrativo de comissões temáticas em assuntos alheios ao seu escopo científico principal, além de gerar sobreposições indesejadas com as metas plurianuais já formalizadas no planejamento estratégico

da gestão. Defendeu-se que a valorização do profissional e da profissão já constitui a marca matriz e indissociável de toda a gestão de três anos, prescindindo de fragmentações semestrais. Diante disso, acolheu-se o entendimento consensual de que cada comissão temática resguardará sua autonomia conceitual, atuando de forma transversal em direitos humanos e relações étnico-raciais de acordo com as especificidades de sua própria área técnica, sem necessidade de fixação de lemas gráficos comuns. O ponto foi registrado em ata como diretriz orientadora de gestão, restando prejudicada a votação formal da criação de slogans.

2) Criação da Comissão de Eventos: A Conselheira Isabelle Oliveira pautou o requerimento de criação e regulamentação da Comissão de Eventos Institucionais do CRP-MG. Explicou que, devido ao volume substancial de demandas de atividades formativas e científicas propostas pelas comissões orientadoras e subsedes regionais, faz-se indispensável instituir uma instância de governança flexível e desimpedida do engessamento de membros fixos permanentes. Propôs um modelo dinâmico no qual a comissão operará com uma representação aberta, permitindo que conselheiros de referência e coordenadores de áreas específicas — a exemplo de Emergências e Desastres — incorporem-se de forma temporária à comissão para coordenar as demandas logísticas de seus eventos específicos. Requereu, outrossim, autorização orçamentária para o pagamento retroativo relativos a 5 (cinco) reuniões preparatórias essenciais de eventos de maio e atividades descentralizadas que já foram tecnicamente executadas pelas equipes integradas. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, manifestaram-se de forma favorável ao pleito. Aberto para votação às(ao) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, aprovaram, por unanimidade, a criação da Comissão de Eventos Institucionais sob a sistemática móvel proposta e autorizaram a regularização e o pagamento retroativo das despesas com diárias das cinco reuniões comprovadamente realizadas.

3) Crachá Conselheiros: A Conselheira Isabelle Oliveira submeteu à aprovação do Plenário a proposta de aquisição, confecção e fornecimento de crachás de identificação corporativa oficial para uso mandatário por parte de conselheiras e conselheiros efetivos e suplentes. Justificou que a implementação do acessório de identificação se faz necessária para salvaguardar a autoridade e conferir legitimidade institucional aos representantes eleitos da autarquia durante a atuação em eventos públicos externos, representações políticas nacionais junto à APAF e, sobretudo, em eventuais necessidades de apoio presencial a atos de fiscalização coordenados por psicólogos fiscais do Setor de Orientação e Fiscalização (SOF). Esclareceu que o crachá funcionará estritamente como documento de identidade corporativa e institucional no exercício do cargo, nos limites contratuais da autarquia. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, manifestaram-se em concordância com a medida. Aberto para votação às(ao) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, aprovaram por unanimidade a autorização para a confecção e distribuição dos crachás corporativos oficiais de identificação.

4) Ausências em reuniões plenárias: A Conselheira Isabelle Oliveira Pereira submeteu ao Plenário a pauta administrativa referente ao controle de assiduidade e justificativas de ausências dos membros do colegiado no corrente ano de gestão. Ressaltou a necessidade de estrita observância das normas regulamentares do sistema de conselhos que versam sobre os deveres dos conselheiros efetivos e suplentes no preenchimento tempestivo dos documentos formais de convocação e justificativas enviadas por correio eletrônico. Advertiu que o descumprimento de prazos gera severos entraves logísticos e financeiros para a administração pública, comprometendo a reserva de passagens e a concessão de diárias de viagem. Relembrou que o regimento interno impõe a cassação automática e compulsória do mandato de conselheiros que registrarem faltas consecutivas ou intercaladas sem justificativa legal aceita em sessões plenárias ordinárias dentro de um período anual. Esclareceu, em caráter consultivo, uma dúvida levantada pela Conselheira Suplente Samantha Alves, explicitando que na hipótese de comparecimento remoto ou online validado em ata, o conselheiro titular é computado formalmente como presente, preenchendo as obrigações regimentais e resguardando o quórum de deliberação. O ponto seguiu como diretriz de ordem administrativa e fiscal da gestão, sem necessidade de votação formal.

4) Crachá Conselheiros: A Conselheira Isabelle Oliveira submeteu à aprovação do Plenário a proposta de aquisição, confecção e fornecimento de crachás de identificação corporativa oficial para uso mandatário por parte de conselheiras e conselheiros efetivos e suplentes. Justificou que a implementação do acessório de identificação se faz necessária para salvaguardar a autoridade e conferir legitimidade institucional aos representantes eleitos da autarquia durante a atuação em eventos públicos externos, representações políticas nacionais junto à APAF e, sobretudo, em eventuais necessidades de apoio presencial a atos de fiscalização coordenados por

psicólogos fiscais do Setor de Orientação e Fiscalização (SOF). Esclareceu que o crachá funcionará estritamente como documento de identidade corporativa e institucional no exercício do cargo, nos limites contratuais da autarquia. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, manifestaram-se em concordância com a medida. Aberto para votação às(ao) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, aprovaram por unanimidade a autorização para a confecção e distribuição dos crachás corporativos oficiais de identificação. 5) Normativa sobre Diárias: Os Conselheiros Lucas Fernandes Ayres Pinto e Isabelle Oliveira Pereira pautaram a revisão da normativa interna que rege a concessão de diárias e indenizações de transporte para conselheiros e colaboradores da autarquia. O colaborador Rodrigo Oliveira expôs que o procedimento vigente de reembolso posterior impõe ônus financeiros severos aos representantes, os quais precisam despender recursos de caráter pessoal para custear transporte, hotelaria e alimentação para comparecer às plenárias e representações do CRP-MG. Propôs a reforma do normativo para instituir o regime de pagamento antecipado das diárias de viagem e auxílios de locomoção. Informou que a administração extinguiu tal modalidade em períodos passados face à ocorrência de atrasos e irregularidades na prestação de contas de antigos conselheiros, gerando desorganização fiscal. Ressaltou, contudo, sob o amparo da legislação federal, que as diárias possuem natureza estritamente indenizatória e são juridicamente vinculadas à comprovação de presença efetiva nos atos convocados, dispensando-se a juntada de notas fiscais de consumo pessoal de alimentação ou hotel. Para mitigar os riscos de danos ao erário, propôs a fixação de cláusulas de responsabilidade fiscal e mecanismos de devolução compulsória de valores. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, deram anuência à antecipação orçamentária das diárias. Aberto para votação às(ao) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, aprovaram por unanimidade a alteração da portaria de diárias para o regime de adiantamento, determinando-se a inclusão de dispositivos jurídicos punitivos que fixam a obrigatoriedade de devolução integral dos valores recebidos por meio de guia de recolhimento no prazo de trinta dias caso haja cancelamento do evento, interrupção das atividades ou ausência não justificada do beneficiário nos atos oficiais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata. Belo Horizonte, 24 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 21/06/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 22/06/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 15/07/2026, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2798932** e o código CRC **5101F8D2**.